

Renato Marcão

Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Doutorando em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra. Mestre em Direito Penal, Político e Econômico. Professor convidado no curso de pós-graduação em Ciências Criminais da Estácio/CERS; Rede LFG e em cursos de pós-graduação promovidos por diversas Escolas Superiores de Ministério Público e da Magistratura Nacional. Membro da Association Internationale de Droit Pénal (AIDP), do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), do Instituto de Ciências Penais (ICP) e do Instituto Brasileiro de Execução Penal (IBEP).

CURSO DE EXECUÇÃO PENAL

15ª edição

revista, ampliada e atualizada de acordo com as Regras de Mandela (ONU), a Súmula Vinculante 56, o Decreto n. 8.858/2016 (uso de algemas) e a Lei n. 13.434/2017 (uso de algemas durante o parto ou puerpério)

2ª tiragem

2017

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-1871-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Marcão, Renato

Curso de execução penal / Renato Marcão. – 15. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência

Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Concursos Roberto Navarro
Legislação e doutrina Thais de Camargo Rodrigues

Edição Eveline Gonçalves Denardi
 Verônica Pivisan Reis

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
 Luciana Cordeiro Shirakawa
 Clarissa Boraschi Maria (coord.)
 Guilherme H. M. Salvador
 Keili Priscila Pinto
 Marília Cordeiro
 Mônica Landi
 Surane Vellenich
 Tatiana dos Santos Romão
 Tiago Dela Rosa

Diagramação Edson Colobone**Revisão** PBA Preparação e Revisão de Textos**Comunicação e MKT** Elaine Cristina da Silva**Produção gráfica** Marti Rampim**Impressão e acabamento** Bartira1. Execução penal - Leis e legislação - Brasil 2. Penas -
Leis e legislação - Brasil I. Título.

17-0531

CDU 343.8(81)(094)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Execução penal :
Direito penitenciário

343.8(81)(094)

Data de fechamento da edição: 25-4-2017Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604151 CAE 621022

11.17.96

ÍNDICE

<i>Abreviaturas</i>	9
<i>Prefácio</i>	25
<i>Apresentação</i>	27

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

1. Pressuposto e objetivos da execução penal.....	29
2. Natureza jurídica.....	30
3. Princípios e garantias constitucionais.....	32
4. Exequente.....	32
5. Executado.....	33
6. Jurisdição especializada	34
7. Execução provisória.....	34
7.1. Execução provisória quando pendente de julgamento Recurso Especial ou Extraordinário	36
7.2. Execução provisória de penas restritivas de direitos.....	38
7.3. Execução provisória de <i>sursis</i>	39
7.4. Juízo competente em sede de execução provisória.....	40
8. Condenado pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.....	40
9. Condenado pela Justiça Estadual que cumpre pena em presídio federal	40
10. Princípio da isonomia e direitos não atingidos	41

CAPÍTULO II DO CONDENADO E DO INTERNADO. DA CLASSIFICAÇÃO

1. Noções gerais.....	43
2. Exame criminológico e exame de personalidade	44
3. Implicações decorrentes da Lei n. 10.792, de 1º de dezembro de 2003.....	46
3.1. Classificação e individualização da pena	46
4. Identificação do perfil genético	47
4.1. Sobre a Lei n. 12.654, de 28 de maio de 2012	47
4.2. Identificação criminal	47
4.3. Sobre o art. 9º-A da Lei de Execução Penal	48

4.4. Identificação mediante extração de DNA — ácido desoxirribonucleico	48
4.5. Inconstitucionalidade da extração compulsória de DNA	49

CAPÍTULO III DA ASSISTÊNCIA

1. Generalidades.....	50
2. Assistência material	51
3. Assistência à saúde	52
4. Assistência jurídica	53
5. Assistência educacional.....	54
6. Assistência social.....	55
7. Assistência religiosa.....	56
8. Da assistência ao egresso	57

CAPÍTULO IV DO TRABALHO

1. Generalidades.....	59
2. Do trabalho interno.....	60
3. Do trabalho externo	61
3.1. Pena decorrente de condenação pela prática de crime hediondo ou assemelhado.....	61

CAPÍTULO V DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA

1. Dos deveres.....	63
2. Dos direitos	64
3. Da disciplina	66
3.1. Das faltas disciplinares.....	67
3.2. O RDD — Regime Disciplinar Diferenciado	70
3.2.1. Origem histórica.....	70
3.2.2. O regime disciplinar diferenciado na Lei de Execução Penal	71
3.2.3. O isolamento preventivo e o regime disciplinar diferenciado preventivo ou cautelar.....	74
3.2.4. Procedimento.....	75
3.2.4.1. Inclusão preventiva no RDD.....	75
3.2.4.2. Decisão definitiva.....	75
3.2.5. Outras considerações ligadas ao regime disciplinar diferenciado	76
3.3. Das sanções	77
3.4. Das recompensas.....	81

CAPÍTULO VI DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL

1. Órgãos da execução	82
-----------------------------	----

2. Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	83
3. Do juízo da execução	83
3.1. Jurisdição	84
3.2. Juiz competente	84
3.3. Competência para a aplicação da lei mais benigna	87
3.3.1. A declarada inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei n. 8.072/90 e seus efeitos na execução penal	87
3.4. Competência para declarar extinta a punibilidade	89
3.5. Competência para decidir sobre soma ou unificação de penas	90
3.6. Competência para decidir sobre progressão ou regressão de regime	91
3.6.1. Progressão de regime	91
3.6.2. Regressão de regime	92
3.6.2.1. Regressão cautelar	92
3.7. Competência para decidir sobre detração e remição de pena	93
3.7.1. Detração	93
3.7.1.1. Alcance da detração	94
3.7.2. Remição	95
3.8. Competência para decidir sobre suspensão condicional da pena	96
3.9. Competência para decidir sobre livramento condicional	97
3.10. Competência para decidir sobre incidentes da execução	98
3.11. Competência para autorizar saídas temporárias	98
3.12. Competência para determinar a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução	99
3.13. Competência para determinar a conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade	101
3.14. Competência para determinar a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos	102
3.15. Competência para determinar a aplicação da medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança	103
3.16. Competência para determinar a revogação da medida de segurança	103
3.17. Competência para determinar a desinternação e o restabelecimento da situação anterior	104
3.18. Competência para determinar o cumprimento de pena ou de medida de segurança em outra comarca	104
3.19. Competência para determinar a remoção do condenado na hipótese prevista no § 1º do art. 86 da LEP	104
3.20. Zelar pelo correto cumprimento da pena e de medida de segurança	105
3.21. Inspeccionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade	107
3.22. Interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta lei	107
3.23. Compor e instalar o Conselho da Comunidade	109
3.24. Emitir anualmente atestado de pena a cumprir	110

4. Do Ministério Público.....	111
5. Do Conselho Penitenciário	112
6. Dos Departamentos Penitenciários	114
7. Do patronato	115
8. Do Conselho da Comunidade.....	115
9. Da Defensoria Pública	117

CAPÍTULO VII DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS

1. Dos estabelecimentos penais.....	119
2. Da prisão especial	124
3. Da penitenciária	127
4. Da colônia agrícola, industrial ou similar	129
5. Da casa do albergado.....	132
6. Do centro de observação	133
7. Do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico	134
8. Da cadeia pública	135

CAPÍTULO VIII DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE

1. Das penas privativas de liberdade	138
2. Execução provisória.....	139
2.1. Execução provisória quando pendente de julgamento Recurso Especial ou Extraordinário.....	141
2.2. Execução provisória de penas restritivas de direitos	144
2.3. Execução provisória de <i>sursis</i>	145
3. Superveniência de doença mental.....	146
4. Cumprimento e extinção da pena.....	147

CAPÍTULO IX DOS REGIMES

1. Regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade.....	148
1.1. A declarada inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei n. 8.072/90 e seus reflexos na execução penal.....	151
2. Condenação por mais de um crime.....	154

CAPÍTULO X DA PROGRESSÃO DE REGIME

1. Progressão de regime e seus requisitos.....	156
1.1. Progressão	156
1.2. Requisito objetivo.....	157
1.2.1. Pagamento da multa cumulativamente imposta, como requisito para progressão de regime.....	158

1.2.2. Condenação por crime contra a administração pública.....	158
1.2.3. Dispensa do requisito objetivo. Organizações criminosas.....	159
1.3. Requisito subjetivo.....	159
1.3.1. <i>Habeas corpus</i> visando progressão de regime.....	163
1.3.2. Exame criminológico obrigatório e exame criminológico facultativo.....	164
2. Progressão por salto.....	165
3. Competência.....	165
3.1. Condenado transferido.....	165
4. Necessidade de prévia oitiva do Ministério Público e da Defesa.....	165
5. Falta grave e progressão.....	166
6. Gravidade do delito.....	167
7. A progressão de regime em face do art. 75, § 1º, do Código Penal.....	168
8. Falta de vagas em estabelecimento adequado.....	169
9. Regime integralmente fechado.....	171
9.1. A questão da (in)constitucionalidade.....	171
10. Da progressão para o regime aberto.....	175
11. Da prisão-albergue domiciliar.....	177
11.1. Monitoramento eletrônico.....	178
11.2. Prisão-albergue domiciliar em razão da ausência de estabelecimento adequado para o cumprimento de pena no regime aberto.....	179
11.2.1. Hipóteses excepcionais.....	181
12. Progressão de regime prisional estando o preso sob Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	182

CAPÍTULO XI DA REGRESSÃO DE REGIME

1. Generalidades.....	186
2. Condutas ensejadoras de regressão.....	187
2.1. Prática de fato definido como crime doloso.....	187
2.2. Prática de falta grave.....	188
2.2.1. Repercussões da falta grave.....	189
2.3. Condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime.....	190
2.4. Frustrar os fins da execução.....	191
2.5. Não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta.....	191
2.6. Violação de deveres relacionados com o monitoramento eletrônico.....	192
3. Ampla defesa e contraditório.....	192
3.1. Executado que abandona o regime aberto e vai para lugar desconhecido.....	194
4. Regressão cautelar.....	194

CAPÍTULO XII DAS AUTORIZAÇÕES DE SAÍDA

1. Generalidades.....	196
-----------------------	-----

2. Da permissão de saída.....	196
2.1. Prazo da permissão de saída	198
3. Da saída temporária.....	198
3.1. Hipóteses autorizadoras e requisitos	198
3.2. Competência	202
3.3. Prazo.....	202
3.4. Saídas automatizadas	203
3.5. Condições para o gozo de saída temporária	204
3.6. Monitoramento eletrônico.....	205
3.7. Revogação do benefício	205
3.8. Da recuperação do direito.....	206

CAPÍTULO XIII DA REMIÇÃO

1. Noção.....	207
2. Generalidades.....	207
3. Requisitos	208
3.1. Remição pelo trabalho.....	208
3.1.1. Horário especial.....	210
3.1.2. Atividades laborativas.....	211
3.2. Remição pelo estudo.....	212
3.2.1. Quem pode remir pena pelo estudo.....	213
3.2.2. Remição cumulativa	214
3.3. Remição pela leitura	214
4. Como se procede ao abatimento dos dias remidos.....	215
5. Outras considerações.....	215
5.1. Necessidade de declaração por sentença.....	215
5.2. Estabelecimento que não dispõe de condições para o trabalho, estudo ou leitura	216
6. Perda dos dias remidos	217
6.1. Ampla defesa e contraditório.....	219

CAPÍTULO XIV DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito e noção	220
2. Pressupostos	221
2.1. Pressupostos objetivos.....	222
2.1.1. Quantidade da pena	222
2.1.1.1. Sobre o art. 75 do Código Penal.....	223
2.1.2. Reparação do dano	224
2.2. Pressupostos subjetivos.....	226
3. Oitiva do Conselho Penitenciário, do Ministério Público e do defensor.....	228
3.1. Do Conselho Penitenciário.....	229
3.2. Do Ministério Público.....	229

3.3. Do defensor	229
4. Livramento condicional a estrangeiro.....	230
5. Livramento condicional a quem se encontre sob Regime Disciplinar Diferenciado.....	231
6. Condições do livramento.....	231
6.1. Noção	231
6.2. Condições obrigatórias.....	232
6.3. Condições facultativas.....	233
6.4. Condições legais indiretas.....	235
7. Carta e cerimônia de livramento	235
8. Modificação das condições	236
9. Suspensão do curso do livramento condicional	237
10. Revogação do livramento	240
10.1. Generalidades	240
10.2. Revogação obrigatória.....	240
10.3. Revogação facultativa.....	242
11. Outras considerações.....	243
12. Extinção da pena privativa de liberdade.....	244

CAPÍTULO XV DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO

1. Introdução.....	247
2. Autoridade competente para determinar o monitoramento.....	248
3. Cabimento.....	248
4. Cuidados e deveres do executado submetido a monitoramento eletrônico	248
4.1. Receber visitas do servidor responsável pelo monitoramento eletrônico, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações	249
4.2. Abster-se de remover, de violar, de modificar, de danificar de qualquer forma o dispositivo de monitoramento eletrônico ou de permitir que outrem o faça ..	249
5. Violação dos deveres pelo executado.....	250
5.1. Regressão de regime prisional.....	251
5.2. Revogação da autorização de saída temporária	252
5.3. Revogação da prisão domiciliar.....	253
5.4. Advertência escrita.....	253
6. Revogação do monitoramento	253
6.1. Desnecessidade ou inadequação.....	254
6.2. Violação de deveres.....	254
6.3. Prática de falta grave	255

CAPÍTULO XVI DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Introdução.....	256
--------------------	-----

2. As denominadas penas restritivas de direitos	257
3. Da execução das penas restritivas de direitos.....	259
3.1. Noções gerais	259
3.2. Prestação pecuniária	259
3.2.1. Prestação de outra natureza (ou prestação inominada).....	261
3.3. Perda de bens e valores	262
3.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	262
3.5. Interdição temporária de direitos	263
3.6. Limitação de fim de semana	265
3.7. Alteração da forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana	266
3.8. Execução provisória	267

CAPÍTULO XVII

DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. A suspensão condicional da pena ou <i>sursis</i>	268
2. Tipos de <i>sursis</i>	269
3. A execução do <i>sursis</i>	270
3.1. <i>Sursis</i> ineficaz ou sem efeito	273
3.2. Prorrogação e revogação do período de prova	275
3.2.1. Prorrogação.....	275
3.2.2. Revogação obrigatória e revogação facultativa.....	275
3.2.3. Duplo <i>sursis</i>	277
3.2.4. Cassação do <i>sursis</i>	277
3.2.5. Extinção da punibilidade.....	278
3.2.6. Registro.....	278
4. Cabimento de <i>sursis</i> em condenação por crime hediondo ou assemelhado	279
5. Execução provisória.....	279

CAPÍTULO XVIII

DA PENA DE MULTA

1. Generalidades	281
2. Do título executivo e da natureza jurídica	283
3. Legitimação ativa	283
4. Juízo competente.....	285
5. Processamento	287
6. Impossibilidade de conversão da multa em privativa de liberdade	288
6.1. Sobre a impossibilidade de conversão nos Juizados Especiais Criminais	289
7. Execução provisória.....	291
8. Atualização monetária	292
9. Detração.....	293
10. Extinção da punibilidade sem o pagamento da multa	294

CAPÍTULO XIX

DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

1.	Noções introdutórias	297
2.	Condições da execução.....	299
3.	Medidas de segurança em espécie.....	301
4.	Ausência de vaga para internação.....	302
5.	Da cessação de periculosidade.....	304
6.	Prazo máximo de duração	307

CAPÍTULO XX

DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO

1.	Conceito e generalidades	308
2.	Das conversões	309
2.1.	Noção	309
3.	Das conversões em espécie.....	310
3.1.	Conversão da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, em restritiva de direitos	310
3.2.	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	312
3.2.1.	Conversão da pena de prestação de serviços à comunidade	314
3.2.2.	Conversão da pena de limitação de fim de semana	316
3.2.3.	Conversão da pena de interdição temporária de direitos.....	316
3.2.4.	Conversão das penas de prestação pecuniária e de perda de bens e valores	316
3.2.5.	Conversão da pena inominada (pena de prestação de outra natureza) ...	318
3.3.	Conversão da pena de multa em detenção.....	320
3.4.	Doença mental ou perturbação da saúde mental superveniente.....	320
3.4.1.	Duração da medida de segurança substitutiva	321
3.5.	Conversão do tratamento ambulatorial em internação.....	322
4.	Do excesso ou desvio.....	323
4.1.	Noções gerais	323
4.2.	Do excesso	324
4.3.	Do desvio.....	325
4.4.	Quem pode suscitar	325
5.	Da anistia e do indulto	326
5.1.	Notas introdutórias	326
5.2.	Da anistia	327
5.2.1.	Procedimento.....	328
5.3.	Do indulto	328
5.3.1.	Indulto individual.....	329
5.3.1.1.	Procedimento	329
5.3.2.	Indulto coletivo	330
5.3.2.1.	Procedimento do indulto coletivo	333
5.3.2.2.	Sobre o parecer do Conselho Penitenciário.....	334
5.3.3.	Comutação de pena	335

5.4. Crimes hediondos e assemelhados.....	336
---	-----

CAPÍTULO XXI DO PROCEDIMENTO JUDICIAL

1. Introdução.....	337
2. Procedimento.....	337
3. Iniciativa.....	338
4. Processamento.....	339
5. Do agravo em execução.....	340
5.1. Fungibilidade recursal.....	342
5.2. Outras considerações.....	343

CAPÍTULO XXII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

1. Divulgação indevida.....	344
2. Emprego de algemas.....	345
3. O condenado por crime político não está obrigado a trabalhar.....	346
4. Falta de estabelecimento adequado para o cumprimento de prisão civil e prisão administrativa.....	347
5. Direito ao esquecimento. Extinção da pena e anotações sobre a vida pretérita.....	348
5.1. Art. 202 da LEP <i>versus</i> reabilitação criminal.....	349
6. Implantação do sistema de execução penal.....	349

Bibliografia	353
---------------------------	-----